



O TRADICIONALISMO COMO DESAFIO À DEMOCRACIA MODERNA

Hailton Gonçalves da Silva

Resumo

Este artigo discorre sobre o surgimento e o desenvolvimento da ideologia Tradicionalista em oposição ao racionalismo da modernidade e à democracia pluralista. Ele pretende responder a seguinte indagação: até que ponto o Tradicionalismo é um perigo para a democracia moderna? Dessa maneira pretende também alertar quanto aos perigos que a democracia moderna corre no trato com o Tradicionalismo, assim como pretende apontar alternativas à democracia moderna sobre como se comportar nos embates com os Tradicionalistas em suas alianças com políticos populistas. O que faz por meio do uso da metodologia bibliográfica. Por fim, concluiu que o Tradicionalismo é realmente um perigo para a democracia moderna se a relação entre ambos não for regulada através do uso de mecanismos de controle e respeito aos pluralismos, dentro das regras do jogo democrático impostas pela Constituição.

Palavras-chave: Constituição; democracia moderna; pluralismo; populismo; tradicionalismo.

Abstract

This article discusses the arise and development of Traditionalist ideology in opposition to the rationalism of modernity and pluralist democracy. It intends to answer the following question: to what extent is Traditionalism a danger to modern democracy? In this way, it also intends to warn about the dangers that modern democracy runs in dealing with Traditionalism, as well as intends to point out alternatives to modern democracy on how to behave in clashes with Traditionalist in their alliances with populist politicians. What it does through the use of bibliographic methodology. Finally, it concluded that Traditionalism is really a danger to modern democracy if the relationship between both is not regulated through the use of mechanisms of control and respect for pluralisms, within the rules of the democratic game imposed by the Constitution.

Keywords: Constitution; modern democracy; pluralismo; populismo; traditionalism.

INTRODUÇÃO

Quando se fala a respeito do Tradicionalismo se pensa logo a respeito daquelas pessoas conservadoras, amantes de coisas do passado tais como músicas, costumes e comidas. Realmente é o sentido popular do termo. Ocorre que a pessoa conservadora não é contrária à modernidade, ela é apenas saudosista de certas coisas do passado.

O Tradicionalismo, com letra maiúscula, objeto da presente pesquisa, trata-se de uma ideologia espiritual e filosófica que surgiu há mais ou menos cem anos e que se apresenta como única salvação para o ocidente que vive afogado em uma crise existencial por conta das crenças oriundas da modernidade. Propondo, assim, um abandono ao pensamento racional introduzidos com a modernidade e um retorno a tradições inclusive pré-cristãs.

O objetivo deste artigo é demonstrar que a ideologia do Tradicionalismo, principalmente quando seus defensores se aliam a políticos populistas de direita, torna-se um desafio à sobrevivência da democracia moderna. Assim como responder a indagação: até que ponto o Tradicionalismo é um perigo para a democracia moderna?

Há argumentos que ignoram seu poder de influenciar, dizendo que não representa perigo nenhum, que não passam de movimentos isolados. No entanto, uma análise do que aconteceu, recentemente, no Brasil e nos Estados Unidos podem contribuir para a compreensão desta questão, cuja importância diz respeito à sobrevivência ou à morte da democracia e das instituições democráticas no Brasil e no mundo.

Para atender a tal desiderato, divide-se o artigo em três capítulos, em que se aborda no primeiro momento os discursos presentes na modernidade e na chamada pós-modernidade, principalmente o discurso de desconstrução da pós-modernidade. No segundo capítulo, aborda-se o discurso antimoderno da ideologia do Tradicionalismo e sua dimensão política. E, por fim, no terceiro capítulo, aborda-se o discurso da democracia moderna em seu embate com o Tradicionalismo. Por fim, é apresentada uma sugestão a respeito de como deve ser regulada a relação entre a democracia moderna e o Tradicionalismo.

A metodologia utilizada foi a bibliográfica. O referencial teórico se baseia nas aulas do Prof. Dr. Marcos Augusto Maliska, do PPGD da UniBrasil, cadeira de Estado Constitucional e Democracia, MINTER UNIBRASIL CAMPINA GRANDE/PB; nas entrevistas feitas por Benjamin R. Teitelbaum contidas no livro *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*; assim como no livro de Mark Sedgwick, *Contra o mundo moderno: o tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX*, espécie, inclusive, de biografia do patriarca do Tradicionalismo, René Guénon; também no livro *A força do passado na fraqueza do presente: o Tradicionalismo e suas expressões*, de João Décio Passos, que faz uma análise do Tradicionalismo em relação à teologia da Igreja Cristã Católica; por fim, o livro *A crise do mundo moderno*, de René Guénon, dentre outros.

Portanto, a relevância deste artigo está justamente na discussão apresentada e na necessidade de regulação da relação entre o Tradicionalismo e a democracia moderna. O que é possível por meio dos mecanismos de controle presentes na Constituição. Se exercidos da maneira correta ajudarão a reduzir a instabilidade e a falta de confiança nas

instituições democráticas.

1. O DISCURSO DE DESCONSTRUÇÃO DA PÓS-MODERNIDADE

A compreensão do presente tema perpassa por uma visita, mesmo que breve, aos períodos da idade média, da idade moderna e, principalmente, do que se convencionou chamar, não obstante algumas críticas, de pós-modernidade. Este último, ainda em curso.

Não é objeto deste capítulo fixar época histórica para cada período, pois não há consenso a respeito, mas descrever suas características mais marcantes.

A idade média antecede a idade moderna, tendo uma explicação para o mundo baseada em preceitos religiosos pagãos e cristãos e, predominantemente, a crença no conceito cíclico de história.

Paradoxalmente, a idade média é chamada de “idade das trevas”, muito embora o apóstolo João diga que “Deus é luz” (BIBLIA, 1 Jo 1,5), por conta da visão obnubilada do período no que diz respeito ao uso da razão.

É claro que não se pode negar que houve produção cultural e científica durante a idade média, porém a visão de mundo e até o conceito predominante de história tendiam a acomodar as pessoas de um modo geral; uma vez que o que era, repetidamente, voltaria a ser.

Inegável, também, que se vivia na época certa estabilidade quer através dos valores e crenças sólidas, quer por conta das mudanças sociais que ocorriam de forma demasiadamente raras.

A modernidade, ao contrário, passa a cultuar a razão, utilizando-a para explicar tudo.

Por outro lado, alguns autores, inclusive Habermans (2001), consideram que a modernidade foi uma ruptura com o passado considerado pagão para um presente tido por cristão.

A verdade é que na modernidade, o homem além de ser visto como um ser dotado de razão, paradoxalmente, também, passa a se enxergar como o centro de todas as coisas (antropocentrismo), cuja explicação para a origem do mundo humano, da natureza e de tudo passa a ser baseada em princípios racionais e não necessariamente religiosos.

Ora, na idade média, sob o ponto de vista econômico, o que imperava era o feudalismo, em que a relação de trabalho era a escrava. A modernidade, por seu turno,

trouxe o capitalismo, com fulcro na propriedade privada, bem como nos meios de produção, no comércio (circulação de moeda) e no trabalho assalariado.

Na modernidade, o conceito predominante de história é o conceito linear, em que se passa a observar e diferenciar claramente o passado, o presente e o futuro. E mais, ainda, passa-se a almejar e buscar um futuro promissor e melhor.

Sobre o ponto de vista cristão, especialmente o protestante, certamente, fica clara a mensagem do nascer, crescer e morrer, entendendo-se a futura, mas breve morte no período, como a entrada em gozo eterno no paraíso. Mas não somente isto, o crescer como a oportunidade de trabalhar e acumular algum bem material, nos termos descritos na literalidade da parábola dos talentos contada por Jesus, em que o homem que foi julgado e condenado foi exatamente o que recebeu apenas 01 (um) talento, teve medo e não o multiplicou (BIBLIA, Mt 25, 14-30).

Por outro diapasão, a idade moderna caracteriza-se por Estados centralizados e fortes (monarquias no início; a seguir, surgem as repúblicas).

Neste aspecto, no campo do Direito, a modernidade faz predominar o monismo jurídico, uma vez que em determinado espaço geopolítico só poderia existir, em tese, uma ordem jurídica, a estatal, enaltecendo, assim, a soberania do Estado.

De outra banda, a pós-modernidade, muito embora não se tenha precisão a respeito, teria se desenvolvido a partir de meados do século XX, certamente, impulsionada, dentre outros fatores, pelas decepções e descrenças herdadas da segunda guerra mundial.

A fim de que se entenda suas principais características é preciso verificar o contexto em que se desenvolveu a pós-modernidade, um contexto de globalização, crescimento do capitalismo e surgimento da internet (era digital).

Na verdade, muito embora alguns autores entendam que não existe pós-modernidade e que estaríamos vivendo em outra fase da modernidade, como Bauman, a pós-modernidade surge como uma ruptura com os ideais iluministas defendidos pela modernidade, contrapondo-se ao sonho de uma sociedade humana perfeita, constituída tendo por base ou alicerce princípios racionais tidos por verdadeiros.

Seria a pós-modernidade uma extensão da modernidade?

Não parece que seja uma simples extensão do período antecedente. No entanto, torna-se de fundamental importância entender que nenhum período histórico exclui cem por cento o período anterior, conforme muitos pensam e concluem.

Para o filósofo francês Lyotard (2009, p. XVI), a pós-modernidade se caracteriza pelo fim das metanarrativas, que teriam caído no descrédito: “[...] Considera-se ‘pós-modernidade’ a incredulidade em relação aos metarrelatos [...]. A função narrativa perde seus atores [...]”.

O sociólogo e filósofo polonês Bauman (2009, p. 7) ao invés de empregar o termo pós-modernidade, usava “modernidade líquida” para designar uma sociedade ambígua, precária, sem solidez alguma nas relações sociais e nas crenças:

[...] “Líquido-moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir [...]. A vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer por muito tempo [...].

A pós-modernidade se insurge contra o conceito linear de história adotado pela modernidade através do qual se trabalha no presente pensando um futuro de progresso e, além disso, contra o culto ao trabalho e à moderação, valores comuns para a modernidade, em que se trabalha simplesmente para ganhar mais dinheiro e não para se ter prazer e desfrutar o melhor da vida, o que é bem descrito por Weber (2002, p. 49). Trazendo à baila outros valores, a saber, o hedonismo, o viver o presente, como se fosse o último dia; o culto ao corpo, o consumismo, entre outros.

Por fim, não importando que nome se dê, pós-modernidade, modernidade líquida, neomodernidade ou hipermodernidade, todos parecem concordar no que diz respeito às características do período em que vivemos, dentre as quais, destacam-se, aqui:

- a) Abandona o pensamento coletivo, mas abraça o individualismo, que se consubstancia no prazer, no consumismo e narcisismo;
- b) Substitui, também, o pensamento dualista ocidental, tipo homem-mulher, tentando visibilizar os que não se encaixam na dualidade, quem está no meio;
- c) Valorização do presente, do “aqui e do agora”;
- d) Desconstrução de valores que eram considerados como verdades absolutas, imutáveis, pondo em cheque organizações, famílias, igrejas. Nada é concreto;
- e) Mistura entre o real e o imaginário, com o auxílio das tecnologias e ambientes virtuais, mudando, inclusive, o conceito de espaço e de presença. A realidade seria uma construção da linguagem;
- f) Abraça os pontos de vista, a verdade, portanto, como uma mera perspectiva;
- g) Pluralidade, diversidade e multiculturalismo (por conta da globalização e mistura

de culturas diversas);

- h) Descentralização;
- i) Mistura de fragmentos de diferentes estilos e tendências;
- j) Cultura do espetáculo, não imposta se para o entretenimento ou escândalo;
- k) Exploração e experimentação;
- l) Liberdade de expressão; e
- m) Informação e produção em massa.

A pós-modernidade é, portanto, uma época caracterizada por muitos contrastes, mas que a sociedade é para ser mais tolerante, em que estilos diferentes possam conseguir conviver em um mesmo espaço (real ou virtual).

A ideia é que até os movimentos extremistas consigam conviver, inclusive para não ser perder nenhum mercado consumidor no globo terrestre.

2. O DISCURSO ANTIMODERNO DO TRADICIONALISMO E SUA DIMENSÃO POLÍTICA

Muito embora se diga que a pós-modernidade representa o fim da ideologia, tal assertiva não deve ser utilizada em termos absolutos. Aliás, a própria pós-modernidade não deixa de ser uma ideologia, mesmo ao se entender ideologia, em seu conceito amplo e popular, como sendo aquilo que seria o ideal, ou conjunto de ideias ou visão do mundo.

Convém observar, também, que não obstante as incertezas da pós-modernidade, na prática, o ser humano ainda quer viver de certezas.

Eis a razão pela qual ainda se depara a chamada pós-modernidade com o Tradicionalismo.

Que seria o Tradicionalismo?

O que Teitelbaum (2020, p. 18-20) chama de Tradicionalismo com “T” maiúsculo, ele conceitua:

[...] Em conversas casuais, usamos a palavra *tradicionalista* para descrever alguém que prefere fazer as coisas à moda antiga, acredita que a vida costumava ser melhor e tem uma postura crítica em relação às novas tendências. O tipo de Tradicionalismo que estou falando pode acidentalmente se sobrepor a esse, mas é muito mais complicado e bizarro. Para explicar a maneira como os Tradicionalistas pensam, é melhor começar examinando o que eles rejeitam, pois isso é muito mais fácil de entender do que aquilo que defendem. Eles afirmam se opor à modernidade, outro conceito que parece enganosamente corriqueiro. Embora tendamos a pensar em *moderno* como aquilo que é novo ou atualizado, eles se referem à modernidade da mesma forma que um historiador ou um cientista social o faria, tanto como um método de organização da vida social quanto como um período de tempo em que esse método veio a predominar na Europa e no mundo europeizado, o que equivale

a dizer de 1800 em diante [...]

O Tradicionalismo, portanto, muito embora muita gente em países democráticos não o leve a sério, trata-se de uma filosofia e ideologia sócio-política, como chama, acertadamente, Lara (2009, p. 186-192), há muito presente no Brasil e desde a época imperial.

A corrente filosófica tem como timoneiro e principal sistematizador o francês René Guénon (falecido em 1951), que veio a se converter ao islamismo, mas tem tido outros expoentes da filosofia perenialista, como o italiano Julius Evola. Muito embora não tenha o pensamento ou ideia nascido a partir dele, ele conseguiu sistematizar.

A igreja Católica, na França, é a primeira a se insurgir contra a modernidade que se estabelecia e, principalmente, contra as metanarrativas emancipadoras defendidas pela Revolução Francesa 1789-1799).

Como se resumiu, com muita propriedade:

[...] O tradicionalismo tem seu ponto de partida na reação de católicos franceses aos danos causados pela Revolução francesa à Igreja Católica; entendem que a Revolução destruiu, de fato, a ordem anterior centrada na monarquia e, evidentemente, em Deus. O ideal desses pensadores é reafirmar apologeticamente a visão católica estruturante da cultura, da sociedade e da política nos tempos anteriores à revolução. A ordem fundada em Deus é afirmada como única solução para os problemas que vivem a França e os países que se modernizam. A Igreja Católica e a monarquia representam as instituições legítimas e capazes de recompor uma sociedade justa e uma cultura fundada na verdade. Os fundadores do tradicionalismo criticam o racionalismo moderno e o individualismo do século XVIII que geraram o ceticismo, e afirmam ser a revelação a única fonte da verdade [...]. A doutrina tradicionalista vincula novamente a unidade perdida *Deus-Igreja-política* e chega a afirmar a necessária centralidade do papa nesse sistema [...]. (PASSOS, 2020, p. 58-59).

Surge, portanto, o Tradicionalismo como uma forte reação à modernidade.

A modernidade com a sua compreensão da história linear, em que se passa a observar claramente o que é passado, presente e futuro, divorcia-se por completo do conceito cíclico de história em que se acreditava em um contínuo voltar-a-acontecer em detrimento do vir-a-ser.

E mais, ainda, a modernidade traz consigo a centralização de tudo no homem, que passa a se enxergar como ser racional, que pode ser livre e igual, cujo futuro será de prosperidade por conta das inovações.

Passa a haver, sem dúvida alguma, um culto à razão e às possibilidades humanas para se chegar a um futuro de prosperidade e, conseqüentemente, a um mundo melhor.

O Tradicionalismo se contrapõe a tudo isto ao defender um eterno retorno sem

reavaliação de valores dada a impossibilidade do homem por si mesmo ser capaz de criar novos valores.

Por outro lado, parece contraditório, pois defende uma história sem começo nem fim, em que não há um fato histórico que seja singular, mas defende a crença que já houve uma religião original, que teria se perdido ao longo do tempo, restando dela apenas fragmentos no mundo moderno.

Assim é que Teitelbaum (2020, p. 21-22) assevera a respeito da tradição no Tradicionalismo:

[...] Que crenças e valores ela transmite, e como deveriam ser implementados? Raramente se ouvirá de alguém os detalhes; Tradicionalistas costumam recorrer a generalizações. No entanto, seu pensamento tende a ser estruturado por um entendimento peculiar de tempo e sociedade. Começemos com o tempo. Mesmo que pensemos em nossa vida como tendo um começo, um meio e um fim, Tradicionalistas seguem o hinduísmo em sua crença de que a história humana sempre percorre um ciclo de quatro idades: da idade de ouro à de prata, à de bronze e à idade sombria, antes de voltar à de ouro e retomar o ciclo todo de novo. A de “ouro”, é claro, refere-se à virtude, e a “sombria”, à depravação, ou seja, Tradicionalistas propõem uma visão de história que é, ao mesmo tempo, fatalista e pessimista. Conforme o tempo passa, a condição humana e o universo como um todo pioram até um momento cataclísmico, no qual a escuridão absoluta explode em ouro absoluto, e a decadência recomeça. É essa ciclicidade e, com ela, a crença de que o único caminho de melhoria para a sociedade é mergulhar ainda mais na degeneração que separam o Tradicionalismo do conservadorismo casual e do ceticismo em relação a mudanças. Além disso, a ciclicidade atribui uma importância incomum à história, porque nela o passado não deve ser superado, nem se deve escapar dele; ele é também o nosso futuro.

Prossegue:

Até agora não mencionei o que os Tradicionalistas consideram ser bom ou mau, o que torna a idade de ouro tão dourada, e a sombria, tão sombria. Para entender isso, precisamos mudar o foco, passando do tempo às pessoas. Tradicionalistas – sobretudo os da direita radical – acreditam que cada idade pertence a um tipo diferente de pessoas, ou a uma casta diferente. Estas castas são ordenadas em uma hierarquia que declina da dos sacerdotes para os guerreiros, depois para a dos comerciantes e, por último, a dos escravos. Tradicionalistas chamam de espirituais as duas superiores e de materiais as duas inferiores. Sacerdotes e Guerreiros vivem aspirando a algo maior, a ideais imateriais – no caso dos sacerdotes, à espiritualidade pura; no caso dos guerreiros, a noções terrenas de honra. Comerciantes, por sua vez, valorizam mercadorias e dinheiro – coisas concretas, e quanto mais, melhor -, enquanto escravos levam isso ainda mais longe ao traficarem o material mais imediato e básico que podem encontrar: corpos e gratificação corporal. (TEITELBAUM, 2020, p. 22)

Assim, a idade de ouro seria a dos sacerdotes, em que o governo seria exercido por religiosos em uma verdadeira teocracia. A idade de prata seria a dos guerreiros, portanto, do governo militar. A idade de bronze seria a dos comerciantes, com o governo

dos mais ricos; enquanto a idade sombria seria a dos escravos, com o governo das massas seja através da democracia ou do comunismo (TEITELBAUM, 2020, p. 22).

Para Sedgwick (2020, p. 56), o Tradicionalismo deve ser levado a sério e já passou por três fases:

A história do Tradicionalismo se sucede em três fases [...]. Durante a primeira fase, que vai até a década de 1930, Guénon desenvolveu a filosofia Tradicionalista, escreveu diversos artigos e livros e reuniu um pequeno grupo de seguidores. Durante a segunda fase, foram feitas tentativas de colocar a filosofia Tradicionalista em prática, principalmente em dois contextos bastante diferentes: o Islã sufi, como exemplo de metafísica oriental, e o fascismo europeu, como forma de revolta. Durante a terceira fase, após a década de 1960, as ideias Tradicionalistas começaram a penetrar, sem serem notadas, na cultura ocidental mais ampla, passando dali ao mundo islâmico e à Rússia.

Interessante observar que as divulgações das ideias do Tradicionalismo acontecem “na surdina”; ou seja, de forma bastante velada, muito embora não no anonimato. Seus escritos não são editados ou comercializados em editoras e livrarias convencionais.

Ademais, seu público alvo sempre foi o intelectual, sem muita preocupação com o povão. No entanto, o que se observa é que a grande massa, principalmente, a formada pelos religiosos mais fundamentalistas, mesmo sem a percepção do que está por trás, absolve com facilidade seus ensinamentos e diretrizes, como aconteceu recentemente no Brasil e nos Estados Unidos.

Na verdade, o pensamento do Tradicionalismo é antimoderno e defende que a tradição estaria acima do Direito. E que, portanto, o Direito teria que expressar a tradição, tradição essa que viria de um passado distante, anterior à idade moderna.

Afirmam, ainda, os Tradicionalistas, que a crise moderna se deve exatamente ao abandono às tradições, à cisão entre passado, presente e futuro e ao achar-se que o futuro é melhor que o passado.

Digno de nota, entretanto, que a modernidade abraça o conceito linear de história por influência do Cristianismo e, portanto, do monoteísmo, ao se entender da interpretação da Bíblia, Antigo e Novo Testamentos, que se no Antigo Testamento havia a previsão de uma “terra prometida”, no Novo Testamento havia a promessa de “um paraíso”; o que possibilitava se falar em passado, presente e um futuro glorioso e próspero.

Outrossim, o Tradicionalismo questiona que o uso da razão seja enaltecido pela modernidade; bem como a colocação do homem como sendo a medida de todas as coisas e senhor da história.

Assim, a modernidade teria rompido com o transcendente e os adeptos do

Tradicionalismo tentam trazer de volta a transcendência abandonada.

Ora, a própria cúpula da Igreja Católica, na época, por influência da Escolástica, notadamente, de Tomás de Aquino, defendia que a revelação divina era para ser entendida a partir da fé e da razão; o que, certamente, também influenciou no surgimento da modernidade. Muito embora houvesse dentro da própria igreja pensamentos contrários e Tradicionalistas.

No que diz respeito à cosmovisão, portanto, o Tradicionalismo defende a filosofia da metafísica, enquanto investigação das realidades que transcendem a experiência sensível (conhecimento da essência), com a intuição intelectual como base de tudo, entendida como sendo o conhecimento absoluto (GUÉNON, 2007, p. 41).

Nesse diapasão, as ciências particulares, a partir da razão e da experiência sensível, não teriam seus reais fundamentos no conhecimento principal e absoluto, não passando de fragmentos ou reflexos do mesmo.

O Tradicionalismo tende, desde seu nascedouro, no tocante ao ser humano, a enaltecer a prevalência das qualidades urânicas (masculinas) sobre as qualidades telúricas (femininas); vendo no homem guerreiro e no asceta a virilidade pura. Salvando-se a mulher se cumprir o seu papel de amante ou de mãe, pois, de certa forma, entraria na hierarquia sagrada.

Sedgwick (2020, p. 187-189), ao escrever sobre Bachofen, outro filósofo que influenciou Julius Evola, e sobre o próprio Evola, deixa mais clara a situação:

Segundo Bachofen, a sociedade humana havia progredido de uma civilização inicial, matriarcal e “inferiormente sensual” para civilizações patriarcais “espiritualmente puras”, como a sua. Essa tipologia foi a base não apenas do par telúrico/urânico de Evola, mas do par apolíneo/dionisíaco de Nietzsche [...]. Como Tradicionalista, Evola inverteu a tese evolucionária de Bachofen. Apesar de as qualidades telúricas (femininas) e urânicas (masculinas) serem, em teoria, pares dinâmicos de oposições, na prática ele postula um declínio urânico ao telúrico [...]. Tal declínio, segundo ele, produziu a “dessacralização da existência: primeiro o individualismo e o racionalismo, depois o coletivismo, o materialismo e o mecanicismo, até a abertura final a forças que pertencem não ao que está acima do homem, mas ao que está abaixo. Simultaneamente, aquilo que Evola chamou de “lei da regressão das castas” estava em operação, com o poder passando da casta guerreira e sacerdotal para a classe comerciante (como nas democracias burguesas) e finalmente para a casta dos servos (o proletariado), como na União Soviética. A casta sacra primordial era urânica e pré-cristã; o catolicismo, com sua concepção supostamente não tradicional de um Deus pessoal, era telúrico e característico da modernidade.

Além de colocar a masculinidade acima da feminilidade, o Tradicionalismo não conseguia entender a homossexualidade, vendo-a, geralmente, como um desvio.

O grande desafio é que o Tradicionalismo, enquanto ideologia, tem sido divulgado desde o seu nascimento e, mais recentemente, vem tentando chegar ao poder político estatal, de certa forma, sem aparecer, mas por trás de político populista que assume o poder, como orientador de suas políticas e bandeiras levantadas.

E o mais assustador é que os Tradicionalistas acreditam que o ocidente esteja na idade sombria, inclusive disseminando suas ideias modernistas, tentando impor as mesmas ao oriente.

Veja-se que a idade sombria representa o fim de um ciclo inferior para que se inicie a idade de ouro. E o que se dá a entender é que o fim tido por certo da idade sombria não pode acontecer sem o caos e sem destruição.

Logo, não tem como não se deparar com o velho pragmatismo de que “os fins justificam os meios”. E aqui, a máxima: “quanto pior, melhor”.

Sedgwick (2020, p. 21) lista os sete tradicionalistas mais importantes, listando-os por data de nascimento, mas existem muitos outros espalhados pelo mundo. São eles:

1º - Dr. Ananda Kentish Coomaraswamy (1877-1947). Britânico; depois, Americano. Era historiador da arte;

2º - René Guénon (1886-1951). Francês; depois, Egípcio. Desenvolveu a doutrina do Tradicionalismo;

3º - Barão Julius Evola (1896/8-1974). Italiano. Desenvolveu o Tradicionalismo Político;

4º - Dr. Mircea Eliade (1907-86). Romeno; depois, Americano. Estudioso da Religião;

5º - Frithjof Schuon (1907-98). Alemão; depois, Francês e mais tarde, Suíço. Desenvolveu o sufismo Tradicionalista e fundou a ordem sufi Alawiyya (depois Maryamiyya);

6º - Dr. Seyyed Hossein Nasr (1933-). Iraniano; depois, Americano. Introduziu o Tradicionalismo islâmico no Irã e em outras partes do mundo Islâmico;

7º - Alexander Dugin (1962-). Russo. Desenvolveu o Neo-eurasianismo.

Evola era mais prático, ao contrário de Guénon e Coomaraswamy, que eram mais teóricos. Foi ele quem tentou levar o Tradicionalismo por outros caminhos.

Na verdade, Evola acreditava que seria necessária a transformação da sociedade para que se implantasse o Tradicionalismo.

Assim é que observa SEDGWICK (2020, p. 189-190):

Evola escreveu que ele havia simpatizado com Mussolini no fim da década de 1920 como o faria com qualquer um que se opusesse ao regime democrático surgido após a Primeira Guerra Mundial e à esquerda política, apesar de não gostar das origens duvidosas dos Camisas Negras, nem tampouco do nacionalismo dos fascistas. No entanto, ele perdoou as “origens proletárias e socialistas” de Mussolini quando este começou a falar no “ideal do Estado Romano e do Imperium”, e em “dar à luz um novo tipo de italiano, disciplinado, viril e combativo”. Em lugar de “um novo tipo de italiano”, poderíamos ler “Indivíduo Absoluto”; em lugar de “viril”, “urânico” [...]. A primeira atividade conhecida de Evola ao se tornar um Tradicionalista foi tentar guiar a sociedade fascista na direção do Tradicionalismo.

Evola, não tendo sucesso na Itália, ainda tentou introduzir o Tradicionalismo na Alemanha, inclusive na época em que Hitler chegou ao poder, mas também não teve sucesso, não obstante tradução de obras suas para o alemão e ter visitado a Alemanha.

Então ele resolve mudar a estratégia e tentar infiltrar algo sobre o qual já vinha escrevendo, o tema sobre a raça, não sob o ponto de vista biológico, mas espiritual.

O Tradicionalismo vem, portanto, agindo dessa forma, infiltrando temas e procurando fazer parte do poder estatal não para firmá-lo, mas para destruir a estrutura moderna pondo fim ao que acham ser a idade sombria.

O Prof. Marcos Maliska fez excelente relatório prévio de sua investigação sobre o Tradicionalismo contemporâneo e sua dimensão política, em que analisa figuras tradicionalistas de impacto, como o russo Alexander Dugin, além das ideias tradicionalistas na política dos Estados Unidos e do Brasil (MALISKA, 2021, p. 3-21). Para o objetivo deste artigo, no entanto, reputa-se suficiente, à guisa de exemplificação, abordar a presença da ideologia Tradicionalista na política dos Estados Unidos e do Brasil com os governos de Donald Trump (20.01.2017-20.01.2021) e Jair Bolsonaro (01/01/2019-31.12.2022). O que será feito a partir de entrevistas feitas por Benjamin R. Teitelbaum a Tradicionalistas que seriam mentores de tais governantes.

Atualmente, o que se observa é que os Tradicionalistas estão conquistando espaço nas redes sociais e nos grupos políticos da ultradireita que exibem e tentam implantar seus projetos conservadores no ocidente (PASSOS, 2020, p. 16), não obstante oferecerem um relato que considera as ideias e movimentos modernos desprezíveis, não celebrarem nem o capitalismo nem o comunismo, desprezarem a visão de mundo cristã que trata o passado como pecado e o futuro como salvação, ensinando que todos são iguais perante Deus e que a Igreja deve ser separada do Estado. Diante de tamanho radicalismo é difícil imaginar o Tradicionalismo operando dentro das instituições da política democrática na atualidade (TEITELBAUM, 2020, p. 24), porém, é o que hodiernamente tem acontecido.

Teitelbaum começa descrevendo as entrevistas que fez com Steve Bannon que é Tradicionalista e penetrou na Casa Branca, após o Tradicionalismo ter envidado esforços para eleger Donald Trump.

Em conversas com Bannon, ele chegou a afirmar que a destruição teria uma função especial na política desta época. Que isto seria alcançado começando pelo topo, colocando pessoas em posições de poder que sejam contrárias e hostis às instituições a que elas servem e que trabalhem para impedir o seu real funcionamento. Que a destruição faria parte do “ciclo” e que se estaria na fase terminal de um “ciclo” (TEITELBAUM, 2020, p. 103-106); sendo necessário destruir para poder reconstruir.

Interessante observar dentro deste projeto de governo, que após a vitória de Donald Trump sobre a democrata Hillary Clinton, ele começou a escolher pessoas para trabalhar em seu governo, tendo Bannon feito parte da transição de seu antigo papel de diretor da campanha para conselheiro-chefe do presidente, cuja função principal naquele momento era auxiliar Trump a compor o novo governo (TEITELBAUM, 2020, p. 106).

Curiosamente, as pessoas escolhidas eram, aparentemente, contrárias às pastas que iam dirigir. Betsy DeVos foi nomeada para secretária de Educação, ocorre que meses antes ela havia sugerido o desmantelamento da rede de escolas públicas em Detroit. Ela era defensora do ensino religioso cristão e acreditava que o enfraquecimento da educação pública iria facilitar uma diversificação da cultura e espiritualidade dos estudantes, por achar que a igreja era quem devia ter um papel mais central na vida da comunidade, mas teria sido substituída pela escola pública. Para chefiar a agência de Proteção Ambiental, ele nomeou Scott Pruitt, que enquanto Procurador-geral de Oklahoma havia processado a agência 13 vezes, sendo rotulado como um dos principais militantes contra o programa ativista da Agência Ambiental e favorável a parcerias com as empresas privadas que eram alvos da regulamentação ambiental. A seguir, Trump nomeou Rex Tillerson para ser o novo secretário de Estado, cujas opiniões a respeito de políticas externas pareciam convencionais; mas ao ser nomeado já foi anunciando que iria aproveitar algumas eficiências e poupar custos, tendo congelado contratações e incentivado aposentadorias. Por sua vez, quase um ano após a eleição, 48 postos de embaixadores ainda estavam vagos e a missão diplomática dos EUA no mundo diminuía. Por fim, para encerrar os exemplos, Trump nomeou Mick Mulvaney para liderar o Escritório de Gestão de Orçamento, órgão que cuida do orçamento da Casa Branca, contudo ele foi escolhido para outra função,

a de chefiar o Departamento de Proteção Financeira do Consumidor, sendo um crítico feroz do Departamento quando representante do Congresso; começou a trabalhar demitindo, não contratando ninguém, congelando os casos que estavam na fila para adjudicação, apresentado um orçamento de US\$ 0. Ou seja, todos os escolhidos trabalhando em sentido contrário, na intenção de desconstruir o Estado Administrativo. Eram instituições lideradas pelo próprio inimigo (TEITELBAUM, p. 106-108). Usando-se uma linguagem da zona rural: seria “colocar a raposa para tomar conta do galinheiro”.

Aliás, o próprio *slogan* da campanha de Trump era: “Tornar a América grandiosa outra vez”. O que significa proclamar o contexto atual como um tempo de declínio e tentar recuperar uma eternidade; uma vez que não aponta um momento específico do passado grandioso (TEITELBAUM, p. 109).

Bannon acreditava que Donald Trump era o “Desagregador” ou “Destruidor”. Ele teria mencionado isso na Casa Branca em abril de 2017, segundo Teitelbaum, mas o presidente não teria achado graça, pois via seu papel mais como o de um construtor, não tendo gostado daquela conversa esquisita de destruição e colapso. Bannon não insistiu, apenas disse sobre Trump que o poder de um homem de ação é que não precisa ler livros e pensar sobre os ciclos do tempo, ele só age. Ele dizia que Trump era “um homem no tempo”, termo em círculos Tradicionalistas de direita que tem origem em uma mulher chamada Savitri Devi. Tudo que ela via como evidência da passagem do tempo, que acarretaria decadência por conta do egoísmo, caos e violência, estaria encarnado nos homens no tempo. Ela dizia, ainda, que esses homens não estariam cientes de seu papel em um ciclo de tempo cósmico, eles nada criariam, apenas destruiriam. Essas pessoas não tinham noção da importância de seu papel na história, mas não precisavam “saber”, apenas “agir” (TEITELBAUM, 2020, p. 110-115).

Ora, aparentemente, Donald Trump sequer tinha noção que estava a serviço da ideologia do Tradicionalismo, por conta do seu jeito de ser e agir, bem como pela influência de quem o aconselhava que se aproveitava de seu temperamento e do momento para orientá-lo a dar concretude aos propósitos Tradicionalistas de desagregação.

Claro que Steve Bannon faz uma releitura de conceitos estabelecidos por Guénon e por Evola, a fim de se adequar a sua realidade e evitar as críticas mais ferozes à ideologia Tradicionalista, deixando, por exemplo de chamar casta de “escravo” para chamar “massa”. Falando da possibilidade para todos de acesso à casta hierarquicamente superior. No

entanto, o Tradicionalismo prepara um terreno místico para o sentimento antissistema, inclusive através da fusão do Tradicionalismo com o populismo e o nacionalismo (TEITELBAUM, 2020, p. 74-77).

O mesmo seja dito, da eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil em 2018.

Convém mencionar, já de início, que Jair Bolsonaro tinha pertencido às forças armadas no passado e que seu vice-presidente era um general. E como se isso não bastasse, teria no início de seu governo nomeado 8 (oito) ministros com formação militar, superando, inclusive em quantidade aos governos durante a ditadura militar, afora o governo de Ernesto Geisel. O que faz lembrar a casta guerreira do Tradicionalismo, este enaltecimento da figura militar.

A respeito da política no Brasil, descreve Teitelbaum (2020, p. 150-151):

Após as eleições de 28 de outubro no Brasil, o novo presidente, Jair Bolsonaro, oferece a Olavo o cargo de ministro da Educação. Ele recusara, alegando seu desejo de continuar escrevendo e provocando agitação livremente, de seu trono nas redes sociais. O *ex-muqqadam* da *tariqa* de Frithjof Schuon servia agora de conselheiro do presidente, todos sabiam, embora permanecesse em sua casa na zona rural da Virginia, onde vivia sem retornar ao Brasil havia mais de uma década. Como de praxe, no entanto, Olavo fizera indicações de nomes que o presidente poderia considerar para cargos no governo. Financiamentos culturais e universidades seriam alvos-chave da reforma, então Olavo entendeu que o futuro ministro da Educação precisaria de credenciais robustas e uma paixão, a seu ver, pela luta contra a infiltração marxista. Sugeriu Ricardo Vélez Rodríguez, um filósofo conservador. E aproveitou para fazer uma segunda recomendação: Ernesto Araújo, talvez para ministro das Relações Exteriores. Araújo havia estudado as palestras de Olavo e era, ele mesmo, um escritor habilidoso. Mantinha um *blog*, “Metapolítica: contra o globalismo”, e, em 2017, publicou um ensaio, *Trump e o Ocidente*, fazendo referências a Dugin, a Guénon e ao livro *Metafísica da guerra*, de Evola. Mais tarde, Olavo me disse que considerava Araújo mais Tradicionalista do que ele próprio. Araújo aceitou o convite de Bolsonaro e, como ministro das Relações Exteriores, nomeou para um cargo relevante César Ranquetat – principal discípulo de Evola no Brasil.

Ao criticar a situação do Brasil na época, Olavo de Carvalho foi bastante claro ao se referir ao materialismo brasileiro, pois sexo, dinheiro, corpos e bens se constituiriam em suas principais atividades. Para ele, mesmo os grupos que teriam sido forjados na aspiração de valores transcendentais, como patriotismo, cultura e espiritualidade, estariam infectados pelo materialismo exarcebado, ou seja, pela mentalidade do servo e do comerciante, nos termos da doutrina Tradicionalista, que são castas hierarquicamente inferiores. Admitindo, assim, que nesta idade sombria, Tradicionalismo e populismo podem se unir (TEITELBAUM, 2020, p. 231).

Não foi sem planejamento então e sem pensar nesta situação, que o *slogan* utilizado por Jair Bolsonaro foi “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”,

interseccionando nacionalismo e fundamentalismo religioso.

Para acabar de completar, coincide o governo de Jair Bolsonaro com a pandemia global do Coronavírus, em que se volta a fazer discurso e desconfiar da ciência moderna que é fruto do uso da razão e de estudo do que é palpável. Resultando, daí a relutância de muitos, inclusive do chefe da nação em se vacinar. Na verdade, o país se viu dividido entre os que se reputavam defensores da ciência e os que não acreditavam na ciência sob os auspícios da modernidade na corrida desenfreada dos “comerciantes” pelo acúmulo material de riquezas.

Não por coincidência, a temática política em discussão o tempo todo durante o governo de Jair Bolsonaro passou a ser temas ligados ao Tradicionalismo, como bem observa Maliska (MALISKA, 2021, p. 15-18), a saber: defesa da família tradicional apresentada como único modelo válido para perpetuação da espécie e dos papéis tradicionais de gênero; terapia da reorientação sexual, que seria tratamento de ordem clínica e religiosa para extinguir a homossexualidade, vista como um desvio ou perversão; enaltecimento da figura militar, a casta guerreira do Tradicionalismo, inclusive ao se falar quase sempre sobre intervenção militar; importância social, política e espiritual do papel do pastor, que seria a função de guiamento da casta sacerdotal, que passa a ser visto como líder religioso e político, enaltecendo uma ordem superracional, intuitiva, pertencente ao domínio do conhecimento metafísico, apresentando-se o religioso como expressão da política; a educação tradicional, sob o argumento que a educação deve ser familiar, não pública, republicana, universal e emancipatória, não obstante o previsto no artigo 205, da Constituição Federal que determina: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL. Constituição 1998).

Assim é que não obstante o Tradicionalismo através de seu patriarca, René Guénon, haver defendido uma metafísica que muitos consideravam incompatível com a fé católica, além de ter horror ao protestantismo (SEDGWICK, 2020, p. 70-71), tais temas defendidos através do populismo político são atraentes aos religiosos mais fundamentalistas de qualquer ceara religiosa, especialmente cristãos católicos e evangélicos. É o que se viu no Brasil com o governo de Jair Bolsonaro e com a campanha eleitoral que resultou em sua derrota nas urnas.

Durante a campanha eleitoral de 2022 era muito comum se escutar reclamações de fiéis que se sentiam incomodados de terem que escutar pregação de pastores ou padres que eram verdadeiros apelos a que se votasse na reeleição de Jair Bolsonaro que defendia a família tradicional e os valores cristãos.

Até alguns pastores ligados à Igreja Batista que é uma igreja que tem o governo democrático, pois cada comunidade decide administrativamente, pelo voto da maioria, seus projetos e serviços; sendo conhecida por defender desde a sua origem princípios de autonomia da comunidade local, separação entre a igreja e o Estado, e absoluta liberdade de consciência, direcionavam pregações com o objetivo de conquistar votos favoráveis à reeleição daquele que entendiam que pretendia preservar às tradições espirituais.

3. O DISCURSO DA DEMOCRACIA MODERNA EM SEU EMBATE COM O TRADICIONALISMO

Paradoxalmente, o Tradicionalismo em suas alianças políticas ao mesmo tempo que defende as tradições e se insurge contra a modernidade, aceita o liberalismo. E é comum ouvir de políticos ligados ao Tradicionalismo que são tradicionais nos costumes, mas liberais na economia.

Por que isso?

Na verdade, os Tradicionalistas são contra os ideais emancipatórios da Revolução Francesa, principalmente igualdade e liberdade.

Ora, a crítica que se faz, no momento, é que o liberalismo não garantiu a liberdade e igualdade das pessoas. E que o Estado democrático de direito é a superação do Estado liberal e do Estado social, mas os Tradicionalistas também são contra a democracia e lutam pela destruição das instituições democráticas da modernidade a fim de que o período do ouro retorne.

Até o neoliberalismo serve de base para ataques à democracia, com a demonização do social. É projeto que quer reforçar a moralidade tradicional (BROWN, 2019, p. 17).

Pois bem. O Estado democrático moderno ele é constitucional e sua força repousa exatamente neste fato, vejamos:

Estado constitucional, portanto, é o modelo de Estado que reconhece na sua constituição os princípios fundamentais que regem sua atividade. Esses princípios vão muito além do simples funcionamento da máquina estatal. Há princípios que se voltam, por exemplo, para os objetivos fundamentais do Estado, e outros que estabelecem o conjunto de direitos e garantias fundamentais dos indivíduos e da sociedade [...]. (PUGLIESE; ROSA, 2022, p. 495).

O tradicionalismo também surgiu como oposição ao pluralismo.

Maliska (2013, p.56) explica o que vem a ser pluralismo:

No contexto do pluralismo garantido pela Constituição é possível se afirmar a existência de pluralismos. Além do pluralismo político, decorrente da legitimidade das diversas formas de pensar a política; do pluralismo religioso, no qual se garante a fé como um elemento subjetivo do sujeito e o direito das diversas congregações religiosas de se organizarem socialmente; do pluralismo de ideias e de concepções filosóficas, que retrata a liberdade de opinião e expressão; tem-se como síntese dessa variedade de pluralismos o pluralismo social ou multiculturalismo social, que, em alguns casos, pode levar ao pluralismo jurídico, conceito que alarga a compreensão do direito para além da lei positivada pelo Estado.

Assim, a democracia moderna se ver desafiada dentro destes pluralismos admitidos por ela mesma a impor o respeito às diferenças e ao jogo democrático político. Quer no tocante ao coletivo, quer no tocante aos indivíduos.

Se é verdade que o Tradicionalismo prega que as instituições democráticas e até a própria democracia devem ser destruídas, a democracia moderna não pode reagir da mesma forma.

É triste que se procure, dentro da democracia moderna acabar com o adversário, porque tal postura põe em risco a própria sobrevivência do jogo democrático, bem como o respeito ao pluralismo político e filosófico determinado pela Constituição de 1988.

À democracia moderna pluralista não interessa a chamada “paz dos cemitérios”, mas que o jogo democrático ocorra dentro das regras determinadas pela Constituição e respeito às instituições democráticas de direito.

Interessante o dito por Moonk (2019, p. 23-24):

As democracias liberais têm muitos mecanismos de controle criados para impedir um partido de acumular demasiado poder e para conciliar os interesses de grupos diferentes. Mas na imaginação dos populistas a vontade do povo não precisa ser mediada, e qualquer compromisso com as minorias é uma forma de corrupção. Nesse sentido, os populistas são profundamente democratas: muito mais fervorosos do que os políticos tradicionais, eles acreditam que o *demos* deve governar. Mas também são profundamente iliberais: ao contrário dos políticos tradicionais, dizem abertamente que nem as instituições independentes, nem os direitos individuais devem abafar a voz do povo.

O discurso do Estado Democrático moderno tem que ser, portanto, no tocante ao uso dos mecanismos de controle, mas também do respeito aos pluralismos, a fim de manter vivo o saudável jogo democrático, pois é com respeito às diferenças e inclusão, assim como dos embates, das discussões e das oposições que o amadurecimento democrático vai acontecendo ao longo dos tempos. É o que se convencionou afirmar hodiernamente: no

jogo democrático se o adversário é destruído, não haverá com quem jogar.

Este comportamento do Estado Democrático deve valer para todos os pluralismos, como afirma Albuquerque (2019, p. 99):

O argumento central reside no respeito à diversidade cultural dos diferentes membros que compõem um país multinacional ou poliétnico, cabendo ao Estado manter-se neutro ante o pertencimento das pessoas a diferentes grupos.

De outra banda, cabe à democracia moderna desenvolver sempre a sua agenda comprometida com a ideia de que não se “avança para trás”, mas aprendendo com o passado a fim de não repetir erros, ciente de que cabe ao ser humano construir a sua história com vistas a um futuro melhor, sem olvidar, como quer a pós-modernidade, do aqui e do agora, até porque a felicidade tem sido pensado como um direito fundamental materialmente constitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste artigo analisar a ideologia do Tradicionalismo como um desafio à democracia moderna, exatamente pelo fato de que o Tradicionalismo surgiu em oposição aos ideais defendidos pela modernidade. A crítica deu-se, especialmente, no tocante ao uso da razão para apreensão da verdade e para fazer ciência. Também ocorreu por conta dos princípios emancipadores contidos na Revolução Francesa, como, por exemplo, na centralidade no homem (antropocentrismo). Assim como se deu por conta do conceito de história e da maneira de lidar com ela, visto que há um desprezo ao passado, de maneira a haver um verdadeiro culto ao trabalho no presente, na crença de que o futuro será de prosperidade certa.

Em decorrência da crença em uma história cíclica e que se deve recuperar a tradição perdida, o Tradicionalismo acredita que é preciso haver o caos, a destruição, inclusive das instituições democráticas do ocidente em crise, a fim de que retorne o período de ouro.

Analizou-se os períodos da idade média, moderna e do que se convencionou chamar de pós-modernidade; bem como as crenças ideológicas do Tradicionalismo que se insurge contra tudo que for da modernidade. A seguir, analisou-se a democracia moderna e como ela deve se comportar na convivência com os defensores do Tradicionalismo, principalmente quando eles se aliam a políticos populistas.

A conclusão a que se chegou é que a Democracia moderna realmente corre risco,

mas que deverá, na convivência com os Tradicionalistas, observar os pluralismos, com respeito às diferenças, mas utilizar-se dos mecanismos de controles, a fim de continuar permitindo a independência e o funcionamento das instituições democráticas. De modo que o jogo democrático aconteça dentro das regras ditadas pela Constituição.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian do Lago. Princípio constitucional da ecodignidade pluralista: breve introdução aos caracteres do processo de etnodemocratização. **Revista de Direitos Fundamentais & Democracia**. v. 24. n. 1. Curitiba: UniBrasil, 2019, p. 91-125.

BAUMAN, Zygmund. **Vida líquida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Biblica Brasileira, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Bloch, 1988.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Trad. Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

GUÉNON, René. **A crise do mundo moderno**. Trad. Bete Torii. São Paulo: Clube do Toró, 2007.

HABERMANS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

LARA, Tiago Adão. Etapas do tradicionalismo no Brasil. **Revista Estudos Filosóficos**. São João Del-Rei, n. 3, p. 186-192, 2009. Versão eletrônica disponível em <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art15-rev3.pdf>. Acessado em 06.08.2023.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Trad. Ricardo Correa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2009.

MALISKA, Marcos Augusto. **Fundamentos da Constituição**. Abertura. Cooperação. Integração. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. **O tradicionalismo contemporâneo e sua dimensão política** (Relatório Preliminar de Pesquisa sobre Tradicionalismo. Texto 2. Núcleo de Pesquisa em Direito Constitucional do UniBrasil – NupeConst). Curitiba: mimeo, 2021.

MOONK, Yascha. **O povo contra a democracia:** por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Trad. Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PASSOS, João Décio. **A força do passado na fraqueza do presente:** o Tradicionalismo e suas expressões. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2020.

PUGLIESE, William Soares; ROSA, Viviane Lemes da. **Direitos fundamentais & democracia:** novas abordagens na perspectiva interamericana. Org. Elana Cecília Alvites, Ingo Wolfgang Sarlet, Paulo Ricardo Schier e Humberto Nogueira Alcalá. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2022. p. 495.

SEDGWICK, Mark. **Contra o mundo moderno:** o Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX. Trad. Diogo Rosas G. Belo Horizonte: Âiné, 2020.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade:** o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Trad. Cynthia Costa. Campinas: Unicamp, 2020.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002.